

**II CONGRESSO INTERNACIONAL DE  
DIREITO, POLÍTICAS PÚBLICAS,  
TECNOLOGIA E INTERNET**

**RESPONSABILIDADE CIVIL E TECNOLOGIA**

---

R434

Responsabilidade civil e tecnologia [Recurso eletrônico on-line] organização II Congresso Internacional de Direito, Políticas Públicas, Tecnologia e Internet: Faculdade de Direito de Franca – Franca;

Coordenadores: Liton Lanes Pilau Sobrinho, Alisson Jose Maia Melo e Marcelo Toffano – Franca: Faculdade de Direito de Franca, 2024.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5274-014-4

Modo de acesso: [www.conpedi.org.br](http://www.conpedi.org.br) em publicações

Tema: Regulação do Ciberespaço.

1. Responsabilidade Civil. 2. Tecnologia. 3. Relações de Consumo. 4. Políticas Públicas de Desenvolvimento. 5. Efetividade do Direito. I. II Congresso Internacional de Direito, Políticas Públicas, Tecnologia e Internet (1:2024 : Franca, SP).

CDU: 34

---

## **II CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO, POLÍTICAS PÚBLICAS, TECNOLOGIA E INTERNET**

### **RESPONSABILIDADE CIVIL E TECNOLOGIA**

---

#### **Apresentação**

Entre os dias 27 e 30 de agosto de 2024, a Faculdade de Direito de Franca recebeu o Congresso Internacional de Direito, Políticas Públicas, Tecnologia e Internet. O evento reuniu acadêmicos, profissionais, pesquisadores e estudantes, promovendo o debate interdisciplinar sobre o impacto das inovações tecnológicas no campo jurídico e nas políticas públicas. A programação envolveu Grupos de Trabalho (GTs) organizados para aprofundar temas específicos, abordando desde o acesso à justiça até as complexidades da regulação tecnológica, com ênfase na adaptação do sistema jurídico aos avanços da inteligência artificial e da automação.

O GT 10 – Responsabilidade Civil e Tecnologia dedicou-se ao estudo das interfaces entre responsabilidade civil e tecnologia, abordando os princípios que orientam a responsabilidade civil no contexto contemporâneo. Foram discutidos temas como a responsabilidade subjetiva e objetiva, tanto em contratos quanto fora deles, e a responsabilidade das pessoas jurídicas e de seus administradores em um ambiente cada vez mais influenciado por tecnologias. As discussões também se aprofundaram na responsabilidade por fato de outrem e nas implicações tecnológicas nas relações de consumo, enfatizando como as novas tecnologias desafiam e reconfiguram os conceitos tradicionais da responsabilidade civil. Este GT trouxe reflexões essenciais sobre a adaptação dos marcos jurídicos para responder às exigências de uma sociedade digital e conectada.

# **A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO BRASIL: QUAIS LIMITES NO CAMPO DO DIREITO PODEM SER IMPOSTOS COM O USO DA FERRAMENTA NA VIDA COTIDIANA**

## **ARTIFICIAL INTELLIGENCE IN BRAZIL: WHAT LEGAL LIMITS CAN BE IMPOSED ON THE USE OF THE TOOL IN EVERYDAY LIFE**

**Murillo Macedo Evani  
Júlio César Andrade de Oliveira**

### **Resumo**

O tema " A Inteligência Artificial no Brasil: Quais limites no campo do Direito podem ser impostos com o uso da ferramenta na vida cotidiana" aborda as implicações legais do uso crescente de IA no país. O objetivo é identificar e analisar os possíveis limites jurídicos que podem ser estabelecidos para regular o uso de IA, garantindo segurança dos direitos fundamentais. O estudo necessita de realizar uma análise da literatura disponível a respeito do assunto, utilizando normas legais, artigos científicos, decisões judiciais e documentos relacionados ao uso da Inteligência Artificial e suas implicações jurídicas na vida cotidiana no Brasil.

**Palavras-chave:** Inteligência artificial, Responsabilidade da ia, Respeito aos direitos fundamentais

### **Abstract/Resumen/Résumé**

The theme " ARTIFICIAL INTELLIGENCE IN BRAZIL: What legal limits can be imposed on the use of the tool in everyday life" addresses the legal implications of the increasing use of AI in the country. The objective is to identify and analyze the possible legal limits that can be established to regulate the use of AI, ensuring the security of fundamental rights. The study requires an analysis of the available literature on the subject, using legal norms, scientific articles, judicial decisions, and documents related to the use of Artificial Intelligence and its legal implications in everyday life in Brazil.

**Keywords/Palabras-claves/Mots-clés:** Artificial intelligence, Ai responsibility, Respect for fundamental rights

## 1. Introdução

O estudo a seguir, “A inteligência Artificial no Brasil: Quais limites no campo do Direito podem ser impostos com o uso da ferramenta na vida cotidiana” é um tema que busca entender a forma em que a Inteligência Artificial pode ser responsabilizada em território brasileiro. Nesse aspecto, é importante ressaltar que há um uso desenfreado da mesma, fazendo com que milhares de pessoas usem a ferramenta para o bem, mas também para o mal. Assim, a IA pode trazer benefícios e malefícios para a sociedade. Desse modo, este presente estudo visa buscar como a Inteligência Artificial pode ser responsabilizada por atos ilícitos.

Os atos ilícitos podem ser feitos, tendo princípio a ação humana, por exemplo, quando um humano manda um comando para a ferramenta e ela executa. Ademais, um dos exemplos mais práticos e o que mais ocorre atualmente não só no Brasil, mas no mundo todo, é a disseminação de Fake News em massa. Assim, várias pessoas utilizam a IA para disseminar essas informações. Ademais, existem outros problemas no cotidiano brasileiro, como o uso da IA para o roubo de dados pessoais, uso de imagens indevidas e manipulação de resultados eleitorais. No entanto, as empresas que são donas dessas plataformas, não são transparentes quanto ao uso delas, sendo que na maioria das vezes elas se omitem à entregar informações para as autoridades brasileiras, na identificação do infrator.

Os objetivos do presente estudo, é entender como essas plataformas funcionam em território brasileiro pela via cibernética. É de suma importância destacar que o mundo cibernético na maioria das vezes é um espaço sem barreiras, sendo difícil a fiscalização e a responsabilização por atos praticados. Ademais, este estudo visa alcançar uma resposta de como deve se limitar o uso da Inteligência Artificial, juntamente buscando a maneira que deve ser feita a sua responsabilização por condutas praticadas.

Está problemática aborda a utilização da Inteligência Artificial no cotidiano e sua relação com o aspecto jurídico, examinando conceitos como privacidade e responsabilidade civil. Analisando normas legais, artigos científicos e decisões judiciais, o estudo destaca as barreiras legais do uso da inteligência artificial no Brasil, com foco na experiência dos usuários e suas implicações legais. A análise dedutiva será feita por especialistas em direito digital e em inteligência artificial, juntamente com debates com representantes da sociedade e profissionais jurídicos.

## 2. Desenvolvimento

### IMPACTOS NEGATIVOS DA IA NA SOCIEDADE

A inteligência artificial tem trazido muitos benefícios para a sociedade como praticidade em

em alguns afazeres, celeridade em algumas tarefas, redução de custos operacionais, etc. No entanto, a ferramenta também prejudica de diversos modos o meio social, como na discriminação; afetando a privacidade e segurança das pessoas; manipulação e desinformação; dentre outros.

A discriminação feita pela inteligência artificial é muito ampla e complexa, pois ela acontece de diversas maneiras no ciberespaço. Adentrando nessas maneiras, pode-se citar primeiramente o viés de dados, que é o meio em que a IA usa seus algoritmos para entender e aplicar os preconceitos presentes nesses dados, como por exemplo, excluindo certo indivíduo de um meio cibernético pela sua cor, religião, viés político, etc. Segundamente, muitos algoritmos de IA, como redes neurais profundas, são caixas-pretas, o que significa que suas decisões não são facilmente explicáveis. Isso dificulta a identificação e a correção de possíveis decisões. Por último, o impacto da discriminação por IA pode ser significativo e abrange vários aspectos da vida das pessoas, como emprego, educação, serviços financeiros e justiça criminal. Por exemplo, quando sistemas de IA são usados em processos de contratação, eles podem inadvertidamente excluir candidatos com base em características demográficas que não são relevantes para o cargo. Isso mantém a disparidade.

A violação de privacidade e segurança, é um dos temas mais preocupantes quando se trata do uso da Inteligência Artificial. Nesse caso, a IA necessita de grandes volumes de dados pessoais para aprender e tomar decisões. Ademais, essa questão levanta muitas preocupações sobre como esses dados são coletados, armazenados e usados pela ferramenta. Assim, os indivíduos podem ter sua privacidade comprometida se não forem tomadas medidas adequadas de privacidade, como anonimização de dados ou consentimento informado. Então, caso a privacidade dos usuários for comprometida, os hackers podem atacar algoritmos de IA que processam dados sensíveis, como informações médicas ou financeiras e roubar diversos dados pessoais. Portanto, vulnerabilidades no software ou ataques cibernéticos podem comprometer a integridade desses sistemas e colocar vidas em perigo.

Por último, a manipulação e desinformação é um tema que também merece toda a atenção. Desse modo, em primeiro plano, algoritmos de IA sofisticados podem produzir vídeos, áudios e textos que parecem autênticos, mas são realmente fabricados. Isso pode ser usado para espalhar informações erradas, produzir notícias enganosas ou até mesmo fazer vídeos de celebridades dizendo coisas que nunca disseram. Ademais, em segundo plano, os robôs de IA são frequentemente usados para inundar as plataformas de mídia social com comentários automáticos destinados a manipular as conversas públicas e dar a impressão de que todos estão de acordo ou não sobre certos tópicos. Em terceiro plano, algoritmos de inteligência artificial podem identificar comunidades online suscetíveis a discursos de ódio, teorias da conspiração ou radicalização. Isso permite que grupos mal-intencionados transmitam suas mensagens para esses públicos específicos de maneira mais eficaz. Assim, esses fatos podem prejudicar a vida de muitos indivíduos ou até mesmo comprometer a segurança jurídica do país, como ocorre em casos de desinformação em massa no período eleitoral, manipulando resultados a favor de candidatos específicos.

## IMPACTOS NEGATIVOS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA ECONOMIA

A inteligência artificial pode alterar adversamente a economia, mesmo que traga inovações e eficiência. No entanto, existem muitos problemas e desafios na área. Ao mesmo tempo, o desemprego e a desigualdade de empregos aparecem como as questões mais dolorosas do problema da IA e da economia.

Aqueles que trabalham em setores econômicos como manufatura, serviços e transporte são mais vulneráveis à automação. A probabilidade de substituição é mais forte entre aqueles que realizam tarefas repetitivas e rotineiras. A automação também aumentará a desigualdade no mercado de trabalho, conduzindo a uma divisão entre aqueles com habilidades técnicas e aqueles que não as possuem, o que aumenta a disparidade salarial e o desemprego estrutural.

Além do mais, existe a problemática acerca da desigualdade social. Indubitavelmente, isso se dá pela beneficência de certo tipo de empresa que melhor poderá investir nessa tecnologia, ou seja, as empresas de tecnologia e as grandes corporações. Isso cria o potencial de concentração de riqueza e poder econômico em poucas e grandes empresas ou indivíduos. As pequenas e médias empresas podem não ser capazes de competir com essas empresas

grandes, que têm os recursos necessários para adotar e desenvolver as tecnologias da IA mais avançada.

Outrossim, com o uso de inteligência artificial a economia pode se tornar extremamente dependente da sua tecnologia. Em virtude disso, a economia global pode sucumbir em caso de um problema de interrupção técnica ou ataque cibernético. Bem como, a rápida adoção da IA pode levar a mudanças inesperadas no mercado de trabalho, causando instabilidade econômica e social.

### IMPACTOS NEGATIVOS DA IA NO ÂMBITO JURÍDICO

O principal problema deste tópico é a desumanização da tomada de decisões. A dependência excessiva da IA pode desumanizar o processo judicial ao desconsiderar a importância do raciocínio matizado que considera as circunstâncias únicas e as variações contextuais de cada caso. Para mais, os algoritmos de IA podem ter dificuldades para lidar com situações incomuns ou excepcionais, necessitando de julgamento humano para garantir imparcialidade e justiça.

Além disso, a adoção de soluções de IA no sistema judiciário poderá ser controlada por grandes empresas privadas, resultando na privatização da justiça e na perda de supervisão pública sobre um serviço crucial. Isto poderia potencialmente criar barreiras ao acesso à justiça, especialmente para as comunidades marginalizadas, e levantar preocupações sobre a salvaguarda das informações pessoais dos indivíduos

Outrossim, o rápido desenvolvimento da inteligência artificial (IA) e a ausência de regulamentações claras podem criar ambiguidade jurídica no que diz respeito à aplicação da tecnologia no sistema judicial. A falta de leis e regulamentos abrangentes pode colocar desafios na responsabilização dos indivíduos pelas deficiências dos sistemas de inteligência artificial e na garantia da proteção dos direitos dos cidadãos.

Da mesma forma que a introdução de soluções de inteligência artificial (IA) no sistema judiciário pode ser dispendiosa e exigir investimentos substanciais em infraestruturas, formação de pessoal e desenvolvimento de sistemas. A distribuição desigual da tecnologia pode exacerbar as disparidades existentes entre as diversas regiões e tribunais, impedindo o acesso universal à justiça.



### 3. Conclusão

No contexto atual, o Marco Civil da Internet, que é uma legislação que estabelece princípios, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil, foi sancionado em 2014 e é considerado um marco regulatório fundamental para a garantia da liberdade de expressão, privacidade dos usuários, neutralidade da rede e responsabilidade dos provedores de serviços na internet. Ele também define diretrizes para a atuação do Estado, empresas e usuários, buscando equilibrar a proteção dos direitos individuais com o desenvolvimento da rede no país. Ademais, essa lei, não consegue legislar sobre o uso da IA, pois a plataforma enfrenta muitas questões complicadas que vão além do escopo inicial do Marco Civil da Internet. Isso inclui governança de algoritmos, ética, transparência na utilização de dados para treinamento de modelos de IA e responsabilidade por decisões automatizadas.

Muito se debate atualmente, como será feita a responsabilização por atos ilícitos da inteligência artificial no Brasil. Nesse presente caso, deve-se analisar a conduta do indivíduo que tem acesso a ferramenta e comete o ato infracional por meio de comandos; a empresa detentora da IA; a resistência em não cumprir ordem judiciais; a não transparência perante as autoridades brasileiras; dentre outros.

Desse modo, é preciso que este estudo busque maneiras para incluir e limitar a IA de alguma forma efetiva e que não viole nenhum direito fundamental da sociedade brasileira. Nesse estudo, é preciso explorar como a IA afeta a lei no Brasil, examinando os regulamentos atuais, as lacunas e as dificuldades de aplicação. Além do mais, identificar casos específicos de IA no Brasil, incluindo questões fundamentais; criar recomendações sobre como usar a inteligência artificial de forma ética no Brasil, levando em consideração a proteção dos direitos individuais e o desenvolvimento sustentável da tecnologia.

Em suma, sendo assim, o estudo necessita de realizar uma análise da literatura disponível a respeito do assunto, utilizando normas legais, artigos científicos, decisões judiciais e documentos relacionados ao uso da Inteligência Artificial e suas implicações jurídicas na vida cotidiana no Brasil.

### 7. Referencias

JÄRVELÄ, Sanna; NGUYEN, Andy; HADWIN, Allyson. Human and artificial intelligence collaboration for socially shared regulation in learning. **British Journal Of**

**Educational Technology**, Londres, 28 mar. 2023. Disponível em: <https://bera-journals.onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/bjet.13325>. Acesso em: 15 mar. 2024;

BUITEN, Miriam C. *Towards Intelligent Regulation of Artificial Intelligence*. Cambridge University Press, Cambridge, v. 10, p. 41-59, 2019. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/services/aop-cambridge-core/content/view/AF1AD1940B70DB88D2B24202EE933F1B/S1867299X19000084a.pdf/towards-intelligent-regulation-of-artificial-intelligence.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2024;

ALMADA, Marco; MARANHÃO, Juliano. CONTRIBUIÇÕES E LIMITES DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PARA A REGULAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO BRASIL. Revista **Direito Público**, Brasília, v. 20, n. 106, p. 385-413, jun. 23;

NOVO, Arthur Bayler. **A inteligência artificial no âmbito jurídico sob a ótica do direito disruptivo: os impactos da ausência de regulamentação no Brasil**. 2022. 31 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Universidade Presbiteriano Mackenzie, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://dspace.mackenzie.br/items/0f14340c-edc0-4c19-b754-74a074092fc7>. Acesso em: 18 abr. 2024.

TAULLI, Tom. **Introdução à Inteligência Artificial: uma Abordagem Não Técnica**. São Paulo: Novatec Editora, 2020. 232 p.